

8M - Greve Feminista Internacional

Entrevista de Andrea Peniche a Justa Montero.

Está em preparação a Greve Feminista Internacional, um evento global organizado e protagonizado pelo movimento feminista. Nesta entrevista, conversámos com Justa Montero, ativista feminista e membro da Comissão 8M de Madrid. Em Portugal também haverá Greve. Se quiseres participar no processo da sua construção, procura informação na página de Facebook da Rede 8 de Março e junta-te ao núcleo da localidade onde vives.

O que é a Greve Feminista Internacional? Quem a convoca?

A Greve Feminista é uma proposta feita pelo movimento feminista internacional, que convoca uma greve de mulheres como forma de protesto e revolta face às situações de precariedade e violência que perpassam as nossas vidas. Tem a sua origem no apelo feito pelas mulheres argentinas contra a brutalidade dos femicídios e das violências machistas, uma resposta ao grito “ni una menos, vivas nos queremos”, e que, um ano depois, se estendeu à Polónia como apelo para a luta contra a proibição do direito ao aborto. Estes apelos espalharam-se como pólvora por vários países e, em 2017, a convocatória passou a abranger todo o planeta. O seu âmbito internacional tem a ver com o carácter estrutural dos problemas que enfrentamos, as manifestações de opressão derivadas do capitalismo nesta fase neoliberal e a sua vinculação com o patriarcado, tendo sempre em conta as particularidades de como este se manifesta em cada contexto social, cultural e político. Isto é importante porque temos de partir de um feminismo situado que nos conecte com os processos próprios de cada país.

No Estado Espanhol juntámo-nos à convocatória da Greve Internacional de 2017. Foi essencialmente uma greve simbólica de

meia-hora, mas a convocatória traduziu-se numa impressionante manifestação no próprio dia 8.

Além do seu caráter internacional, há um aspeto muito importante a salientar: a Greve Feminista é uma greve social. O feminismo, com este caráter inovador e desafiante, coloca em cima da mesa novas formas de protesto social. O êxito da proposta da Greve Feminista está precisamente em não ser uma greve como as outras, como têm sido tradicionalmente entendidas e levadas à prática: uma forma de paralisar a produção organizada por sindicatos. A Greve Feminista põe no centro a realidade das mulheres, para perceber o significado do conceito “trabalho” - que é diferente de emprego - na vida real. Desta forma, percebemos que as greves tradicionais deixam de fora uma parte do trabalho que executamos. Tudo isto tem a ver com o que se propõe a partir da economia feminista e a impossibilidade de entender os processos de reprodução social dissociados dos da produção. Por isso se convoca uma greve que transcende o sentido tradicional - a greve laboral -, para estendê-la ao âmbito da reprodução social, aos trabalhos invisibilizados dos cuidados e domésticos que as mulheres realizam em casa. Assim, o termo “greve” assume outro significado, um significado relacionado com a realidade de todos os trabalhos que as mulheres realizam.

No Estado Espanhol, além da greve ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico e dos cuidados, convocamos também a greve ao consumo.

Esta Greve é, pois, convocada - nos seus objetivos e conteúdos - e organizada pelo movimento feminista. No entanto, a convocatória da Greve é, na verdade, um enorme processo de mobilização - nos bairros, nas cidades, nas empresas, nas lojas -, um fortíssimo processo de debate social, no qual vão participando e apoiando sindicatos e todo o tipo de movimentos, associações e coletivos.

Por que razão a Greve é convocada para 8 de

março?

O 8M é uma data-chave na genealogia das lutas feministas: é o Dia Internacional das Mulheres. No Estado Espanhol, desde 1977, o 8 de Março é um dia de reivindicação e luta feminista, em que as ruas são tomadas por manifestações onde confluem as exigências dos diversos coletivos que compõem o movimento feminista. Obviamente, não é a única mobilização feminista que acontece, mas a que tem um carácter mais global.

Como todos os movimentos sociais, o movimento feminista teve momentos mais altos e outros menos mobilizadores, mas o 8 de Março nunca se converteu numa mobilização comemorativa ou institucionalizada. Nos últimos anos, no rescaldo do feminismo 15M, do movimento das indignadas, das lutas contra as violências machistas e pelo direito ao aborto, da resposta face aos efeitos da crise e da precarização da vida das mulheres, as manifestações de 8 de março voltaram a mobilizar milhares de mulheres, com uma enorme participação de mulheres jovens. As feministas voltaram a tomar as ruas de tal modo que os percursos das marchas tiveram de ser mudadas para as grandes ruas do centro.

Quais são as principais reivindicações da Greve Feminista?

É preciso distinguir entre o que é a proposta da Greve, centrada em quatro eixos - emprego, cuidados, consumo, estudantil - do que são os motivos pelos quais ela é convocada, que são mais amplos.

No processo que nos conduziu à Greve do dia 8 de março, a comissão feminista do 8M elaborou um documento consensualizado no qual se reuniam os temas e pontos em comum no movimento, ou seja, o que somava e não o que nos dividia, como a questão do trabalho sexual ou a formulação de algumas reivindicações específicas. Assim, acordamos as razões pelas quais convocávamos a Greve e as reivindicações que derivavam delas.

Quero deixar claro que isto foi o que originou a convocatória, mas, desde o início, foi entendida como uma proposta

aberta, como um documento inacabado. Assim, o processo enormemente participado que se abriu a partir dos bairros, das empresas, das mulheres profissionais da educação, dos meios de comunicação social, de mulheres cristãs de base, para dar alguns exemplos, fez transbordar, ampliar, aprofundar o que era o apelo inicial da Greve. As mulheres apropriaram-se da Greve, teceram redes, os processos de contágio foram acionados e a convocatória da Greve aprofundou-se e alargou-se. Esta é uma das grandes conquistas da convocatória e explica a histórica mobilização do 8M.

Voltando à convocatória, a proposta reuniu as reivindicações em quatro grupos: as violências, os corpos, as fronteiras e a economia. Face aos assassinatos de mulheres, às agressões sexuais, à justiça patriarcal, à inexistência de leis, ou à sua não aplicação, e à violência institucional, as principais reivindicações têm a ver com a exigência de uma vida livre de violências machistas. Falar das reivindicações é falar dos nossos corpos e do nosso direito a decidir, do aborto à maternidade, do reconhecimento de identidades não normativas, da diversidade sexual, de uma educação afetivo-sexual livre de preconceitos sexistas.

A Greve que convocamos também é para denunciar os efeitos das políticas de encerramento das fronteiras, das fronteiras que levantam muros e cavam valas comuns, que legitimam o domínio patriarcal dos recursos e das pessoas, das políticas que não reconhecem como motivos válidos para pedir asilo a violência sexual e de género, o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual ou laboral, que encerra as mulheres em Centros de Internamento de Estrangeiros. E convoca-se igualmente para abolir as fronteiras internas do racismo e da xenofobia, que negam direitos e instalam a exclusão e a violência face “às outras” que somos também “nós”.

A Greve convoca-se para exigir responsabilidade social em relação ao trabalho dos cuidados, o que implica a corresponsabilidade dos homens e do Estado; para exigir mudanças nas políticas austericidas que conduzem à precarização da vida das mulheres, dos nossos trabalhos e dos nossos projetos; das profundas desigualdades no emprego, da segregação laboral, da discriminação salarial, apontando como a divisão

sexual do trabalho conduz também à pobreza e à exclusão das mulheres, que por terem tido períodos sem descontar, porque se dedicaram ao trabalho dos cuidados, hoje têm umas pensões miseráveis.

É um apelo para, como se diz no argumentário, conseguir que os trabalhos mais necessários para a sobrevivência e bem-estar das pessoas e sustentabilidade do planeta se situem no centro e substituam aqueles que os destroem, aqueles que são hoje os mais valorizados social e economicamente.

É uma proposta para responder às urgências dos efeitos da crise e uma proposta de mudança social profunda para se poder construir um novo sentido comum às nossas vidas. Uma proposta que fala de outro modo de vida, de outras relações entre homens e mulheres, de um mundo sustentável social e ecologicamente, por isso dispara necessariamente sobre o próprio sistema, o capitalismo e o patriarcado.

É uma Greve apenas para mulheres?

É uma Greve que apela à participação todas as mulheres que trabalham a troco de um salário e as que realizam os trabalhos não remunerados dos cuidados, as que pelas suas condições de trabalho não podem fazê-la, como as empregadas domésticas, e as que trabalham precariamente. Todas as mulheres têm lugar nesta Greve, que é ela própria uma forma criativa de protesto social.

A Greve Feminista convoca todas as mulheres a pararem, esse é o seu poder, porque, ao pararmos, visibilizamos a nossa situação e as lacunas que deixamos quando não fazemos todos os trabalhos e responsabilidades sociais que nos estão atribuídos.

É um apelo dirigido às mulheres, no qual, obviamente, os homens têm um importante papel. Em primeiro lugar, respeitando a convocatória e facilitando a greve das mulheres ao trabalho assalariado. Em segundo lugar, porque não poderia haver uma greve de mulheres ao trabalho dos cuidados se os homens não tivessem uma participação ativa. Param as mulheres, mas há pessoas que a toda a hora precisam de ser cuidadas, por isso se coloca a necessidade de os homens assegurarem esses “serviços mínimos” nas casas, mas também nos espaços comunitários,

nos “espaços de cuidados” que se organizam nos bairros para cuidar das crianças e facilitar assim que as mulheres, maioritariamente responsáveis pelo seu cuidado, possam fazer a greve.

E, evidentemente, os homens são chamados a participar no debate que a convocatória da Greve coloca sobre o seu lugar nessa partilha injusta do trabalho que implica para as mulheres a atual divisão sexual do trabalho.

O ano passado, no plano laboral, teve um impacto enorme a greve de 24 horas feita pelas mulheres dos meios de comunicação social. No dia 8, nenhum noticiário, em nenhum programa de rádio e em nenhum canal de televisão, pública ou privada, estiveram mulheres. Todas estavam em greve e toda a gente percebeu que nada foi igual.

Como correram as coisas com os sindicatos o ano passado? Como estão a correr este ano?

A proposta do movimento feminista era de uma Greve laboral de 24 horas. A novidade desta proposta política era que, de alguma forma, ela transtornava o papel dos sindicatos. De acordo com a legislação do Estado Espanhol, uma greve laboral só pode ser solicitada e comunicada ao Ministério do Trabalho pelos sindicatos. É suficiente que a convocatória seja de apenas de um sindicato estatal. E assim foi, legalmente a convocatória de greve de 24 horas foi garantida. Mas a convocatória gerou um debate interno em todos os sindicatos, impulsionado pelas mulheres sindicalistas e feministas que subscreviam a convocatória do movimento feminista, face às resistências das direções sindicais que colocavam problemas. Finalmente, alguns sindicatos convocaram a greve de 24 horas e os dois maiores sindicatos a nível estatal convocaram uma paragem de duas horas. Tudo somou.

Este ano a convocatória volta a ser de 24 horas e, à semelhança do ano passado, uma comissão do 8M está em articulação com os sindicatos.

Como se faz uma greve ao consumo e aos cuidados?

Fazer greve aos cuidados e ao consumo supõe abrir um debate prévio nas casas que habitamos, nas famílias, nos bairros, nos mercados. É um debate que coloca a vida de todos os dias de pernas para o ar, que põe sobre a mesa a vida quotidiana das mulheres, o trabalho invisível imprescindível para a vida de toda a gente, para que as coisas funcionem em nossas casas, nos nossos bairros e na sociedade, para que as pessoas que dependem de nós sejam cuidadas. E obriga a procurar soluções para a “nossa ausência”, obriga a que os homens se envolvam neste trabalho e se organizem de outra forma para cobrirem as tarefas dos cuidados, a que mudem as suas prioridades. Significa organizar redes de apoio familiar que não passem pelo recurso à avó para ir buscar as crianças à escola ou para cuidar das pessoas doentes; significa organizar redes de apoio nos bairros para o resolver da forma mais coletiva, o que nos permite, além do mais, verificar as carências que existem nos serviços públicos, nas creches e jardins de infância, nos centros de dia e de cuidados continuados para pessoas idosas, e a importância de construir outras relações de vizinhança e outros modelos de cidade. É uma proposta para que nesse dia as coisas funcionem de maneira diferente e que esse dia se constitua como o início de uma mudança mais profunda.

As estudantes podem fazer Greve?

Sim, a sua participação é importantíssima. A convocatória da Greve inclui a greve nos institutos e nas universidades. Mas a Greve que não é só estudantil, inclui também as professoras e as trabalhadoras administrativas e da limpeza. A Greve deve ser entendida como um processo que permite também o debate prévio nas aulas, iniciativas de estudantes nas suas escolas, ações para levar a cabo no dia 8...

Adriana Lopera e Patrícia Martins, ativistas feministas e militantes do Bloco de Esquerda, entrevistam Ana M. Martín, da Assembleia Feminista Unitária de

Sevilha, sobre a greve feminista de 8 de março de 2018 e perspectivas para o futuro.